

RELATÓRIO e CONTAS 2012

Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa



**RIA FORMOSA
POLIS LITORAL**
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

Abril 2013



**POLIS LITORAL RIA FORMOSA, SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO
E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S.A.**

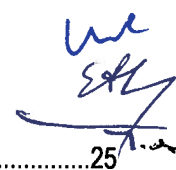
Relatório e Contas 2012



Índice

I. Relatório de Gestão

1. Introdução.....	5
2. Governo da Sociedade.....	7
2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade	7
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita.....	8
2.3. Outras transações.....	9
2.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais	9
2.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais.....	11
2.6. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental	13
2.7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	20
2.8. Código de Ética.....	21
2.9. Sistema de controlo para proteção de investimentos e ativos	21
2.10. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses.....	21
2.11. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, no portal da empresa e no portal do SEE.....	22
2.12. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 11.º do DL 300/2007 de 23 de agosto	23
2.13. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 maio)	23
2.14. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2011	23
2.15. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos do Art.º 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.....	24
2.16. Aplicação da redução de remunerações dos trabalhadores em conformidade com o Art.º 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro e suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do Art.º 21º da mesma Lei.....	24
2.17. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio, relativamente às normas de contratação pública.....	24
2.18. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado.....	24
2.19. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos.....	25
2.20. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão	25



2.21. Cumprimento do previsto no Art. 89.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	25
2.22. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.....	26
2.23. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes conforme ofício circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.	27
2.24. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 843-DGTF de 30 de janeiro de 2013	27
3. Estrutura Acionista.....	30
4. Atividade Desenvolvida em 2012	31
4.1. Funcionamento da Sociedade	31
4.2. Investimento e Financiamento	31
4.3. Ações desenvolvidas	31
5. Orçamento.....	34
5.1. Despesa Realizada.....	34
5.2. Financiamento Recebido	35
5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário	37
6. Análise Económica e Financeira.....	50
6.1. Balanço	50
6.2. Gestão de Risco Financeiro.....	50
6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores	53
7. Proposta de Aplicação de Resultados	55
8. Informação Complementar	56
8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	56
8.2. Outras Obrigações Legais	56
8.3. Referências.....	56

II. Demonstrações Financeiras

- II.1 - Balanço
- II.2 - Demonstração dos Resultados
- II.3 - Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- II.4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- II.5 - Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

III. Certificação Legal das Contas

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

7.2
ue
S&K

I.

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Introdução

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivo:

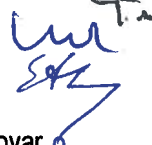
- Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, a Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. (doravante designada por Polis Litoral Ria Formosa), sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua atividade em 7 de julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de setembro destinada a aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2008.



Em 24 de julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Acionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2009.

Em 3 de dezembro de 2010 foi realizada a 4ª Assembleia Geral onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2009, o Plano de Atividades e Orçamento para 2010 e o Plano Estratégico.

Nesta mesma Assembleia Geral, foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, em substituição do Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 10 de dezembro de 2011 foi realizada a 5ª Assembleia Geral onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2010.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.

Em 28 de dezembro de 2012 foi realizada a 6ª Assembleia Geral onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011 e a alteração do prazo de duração da Sociedade, constante no nº 1 do artigo 3.º dos Estatutos, para 31 de dezembro de 2014.

Nesta mesma Assembleia Geral, foram propostas e aprovadas, com a abstenção do representante do Município de Olhão, as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da Sociedade com a eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade o Senhor Engenheiro Manuel Augusto Ruano Lacerda, em substituição da Senhora Engenheira Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, e do Vogal do Conselho de Administração da Sociedade do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Senhor Doutor Sebastião Francisco Seruca Emídio, em substituição do Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho Presidente da Câmara Municipal de Tavira, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

À semelhança das anteriores, nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.



2. Governo da Sociedade

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

2.1. Missão, Objetivos e Políticas da Sociedade

A Missão da Polis Litoral Ria Formosa é levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização ambiental e urbana na Área de Intervenção do Plano Estratégico, nomeadamente:

- A realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, o que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais desta faixa litoral, a requalificação e valorização dos pequenos aglomerados costeiros, a valorização dos núcleos piscatórios e a promoção da mobilidade sustentável, a valorização de espaços para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.
- A dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objetivos:

- Integrar um conjunto de projetos/ações concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para a Região do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Materializar uma operação integrada, quer em termos de projetos/ações a realizar, quer em termos de atores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia supra municipal e intersectorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objetivos — *Valorizar o património, qualificar o território e dinamizar a sua vivência.*

Os objetivos descritos têm vindo a ser cumpridos, tendo em conta o desenvolvimento plurianual da Intervenção.

O Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão tem desenvolvido a sua atividade prosseguindo as seguintes políticas e orientações estratégicas:

7.2.2.
Lda
S. A.

- Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;
- Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente garantindo os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público, da transparência e da publicidade, da igualdade, da concorrência e da imparcialidade.;
- Melhoria da gestão das atividades da empresa, segundo princípios de desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental;
- Informação e divulgação das atividades de acordo com a legislação e outras orientações dos Acionistas.

2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes.

A atividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque EXPO 98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projeto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

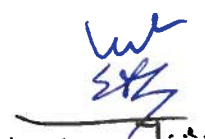
A Polis Litoral Ria Formosa está ainda sujeita aos seguintes regulamentos internos e externos:

Regulamento Internos

- Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei nº 92/2008 de 3 de junho);

Regulamentos Externos

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho: "Aprova a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado "Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira";
- Decreto-Lei N.º 92/2008, de 03 de junho: "Constitui e define a finalidade da sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., que tem por objeto a gestão, a coordenação e a execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria



Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.”;

- Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado;
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto): Estabelece o regime jurídico do setor empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais;
- Princípios do Bom Governo – Resolução do Conselho de Ministros N.º 49/2007 de 01 de fevereiro: “Aprova os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado”;
- Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008 de 29 de janeiro: “Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.”;
- Código de Expropriações – Lei N.º 56/2008 de 4 de setembro: “Aprova o Código das Expropriações que regula todo o procedimento expropriativo.”;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Planos Especiais de Ordenamento do Território: Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Sto. António e Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa;
- Planos sectoriais de Ordenamento do Território: Plano sectorial da Rede Natura 2000;
- Planos Regionais: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
- Planos Municipais: Planos Diretores Municipais dos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Loulé e Vila Real de Sto. António.

2.3. Outras transações

As transações efetuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Em 2012 não foram realizadas transações fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos, com valor que seja superior a um milhão de euros.

2.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O modelo de governo adotado pela Polis Litoral Ria Formosa é o clássico, composto pelos seus Órgãos Sociais - Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único - de acordo com o previsto nos Estatutos da

Sociedade. Os Órgãos Sociais, que a seguir se enunciam, foram eleitos para o triénio 2012-2014, tendo em conta as alterações ocorridas no final de 2012:

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente: João Pinto Guerreiro
- Secretário: José Norberto Correia Apolónia

A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos acionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração.

Conselho de Administração:

- Presidente: Manuel Augusto Ruano Lacerda, após 28 de dezembro de 2012;
- Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, até 28 de dezembro de 2012;
- Vogal (1): João Manuel da Silva Alves
- Vogal (2): Sebastião Francisco Seruca Emídio, após 28 de dezembro de 2012;
- Vogal (2): Jorge Manuel do Nascimento Botelho, até 28 de dezembro de 2012.

Ao Conselho de Administração compete a gestão da atividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos.

O Conselho de Administração da Polis Litoral Ria Formosa não atribuiu funções e responsabilidades específicas aos seus membros.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

Fiscal Único:

- Efetivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro
- Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não recorre a serviços de Auditoria Externa.

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:


Conselho Consultivo:

- > ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (que preside);
- > APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;
- > TP - Turismo de Portugal, I.P.;
- > IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- > IPTM - Instituto Português e dos Transportes Marítimos, I.P.;
- > CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- > Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- > Município de Vila Real de Santo António;
- > Águas do Algarve, S.A.

2.5. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não são remunerados. Refere-se, contudo, que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram em 2012 o constante nos quadros seguintes.

Remunerações e outras regalias (valores anuais em euros)**Mesa Assembleia Geral**

Mesa da Assembleia Geral Mandato I	2012	
	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa **	600,00 €	500,00 €
Redução Remuneratória*	60,00 €	50,00 €
Remuneração anual efetiva	540,00 €	450,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

** Senhas de presença

Mesa da Assembleia Geral Mandato II	2012	
	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa **	0,00 €	0,00 €
Redução Remuneratória*	0,00 €	0,00 €
Remuneração anual efetiva	0,00 €	0,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

** Senhas de presença

Handwritten signature and initials:
Lul
STZ
A.A.

Conselho de Administração

	Presidente Manuel Lacerda	Presidente Valentina Calixto	Vogal João Alves	Vogal Sebastião Emídio	Vogal Jorge Botelho
Mandato	II	I	I / II	II	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)
Remuneração Total (1. + 2. + 3. + 4.)
OPRLO (Sim/Não)
Entidade de Origem (identificar)
Entidade pagadora (origem/destino)
1.1. Remuneração Anual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	13.000,00 €	8.800,00 €	0,00 €	3.800,00 €
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010		1.300,00 €	880,00 €		380,00 €
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011					
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal					
1.7. Reduções de anos anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4 - 1.5 - 1.6 - 1.7)	0,00 €	11.700,00 €	7.920,00 €	0,00 €	3.420,00 €
2. Remuneração variável					
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4. Outras (identificar)					
Subsídio de deslocação					
Subsídio de refeição					
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)					
Seguros de saúde					
Seguros de vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (identificar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)					
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
Parque Automóvel					
Modalidade de Utilização					
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início					
Ano Termo					
N.º prestações (se aplicável)					
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço					
Combustível gasto com a viatura					
Plafond anual Combustível atribuído					
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Outras regalias e compensações					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis					
Gastos anuais com comunicações móveis					
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/deslocações					
Custo total anual c/viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

**Órgão de Fiscalização**

Fiscal Único	2011	2012
Remuneração anual auferida	13.255,00 €	12.177,00 €
Redução Remuneratória*	1.078,00 €	861,00 €
Remuneração anual efetiva	12.177,00 €	11.316,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

2.5.1. Cumprimento da manutenção da redução de 5%, nos termos do Art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal.

2.5.2. Aplicação da redução remuneratória nos termos do Art.º 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal.

2.5.3. Cumprimento do Art.º 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, referente à não atribuição de prémios de gestão, no ano de 2012, aos membros do órgão da administração

Em 2012, não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

2.5.4. Cumprimento do Art.º 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, referente à suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes.

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração fixa mensal.

2.6. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental**2.6.1. Estratégias adotadas**

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objetivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade



de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa atividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e sectorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das atividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- ✓ A primeira, que agrega os projetos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — zona costeira preservada.
- ✓ A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — zona costeira vivida.
- ✓ A terceira e última, que agrega um conjunto de projetos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como fator de competitividade — zona costeira de recursos, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objetivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as ações/projetos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de ações/projetos a considerar, quer para a prossecução dos objetivos de cada um dos Eixos



Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objetivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respetivo plano regional. 7.ª

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável”

- > Proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo”.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Fator de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objetivos estratégicos definidos para o Algarve de “Robustecer e qualificar a economia” e “Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”.

- > Valorização de atividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos “espaços-ria” para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural..

A imagem que transparece, deste litoral, é de um espaço natural, protegido e bem conservado em convivência harmoniosa com a presença e ação humana, mas também, a de um território descaracterizado pelo “abandono”. Este abandono resulta da perda de competitividade face à sua localização periférica, às fracas acessibilidades e ao desenvolvimento das regiões vizinhas onde existem cidades, ofertas de emprego e a promessa de uma outra qualidade de vida, atrativa para as gerações mais jovens.



2.6.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2012, foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as atividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), e atividades diretamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos, Projetos e execução de Empreitadas.

2.6.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de ações estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.

2.6.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da Intervenção

Os principais problemas atualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) A subscrição do Capital Social pelos acionistas Câmaras;
- iii) A obtenção da contrapartida nacional do financiamento em alguns projetos;
- iv) Garantia de obtenção de Financiamento Comunitário tal como previsto no Plano Estratégico.

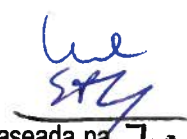
2.6.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

❖ Responsabilidade Social

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da Sociedade, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**



A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- Adoção de práticas ambientalmente corretas

Um fator preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objetivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção da Polis Litoral Ria Formosa.

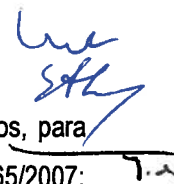
Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

Apesar da introdução de restrições orçamentais e da redução de colaboradores, a Sociedade procurou manter as ações de comunicação que visam manter a população atualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das ações da Polis Litoral Ria Formosa, seus projetos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo ações diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objetivos finais da intervenção.

Os projetos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atratividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2012, esta Sociedade continuou a implementar as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projetos, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projetos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projetos de Conceção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objetivo fornecer orientações metodológicas específicas para o desenvolvimento dos projetos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;



- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objetivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efetivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;

Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram mantidas as seguintes medidas:

- > Apetrechamento da Sede da Sociedade com sistemas de iluminação e de climatização modernos e eficientes;
- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;
- > Adoção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel e a impressão frente e verso.

❖ **Desenvolvimento sustentável**

- **Criação de valor para os acionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na Intervenção a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

- **Promoção da proteção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas atividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**



Não tendo existido qualquer reforço do quadro de pessoal da Sociedade em 2012, a política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa continuará a basear-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

❖ **Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade**

A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua atividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas ações, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de proteção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do território abrangido, numa ótica sustentável de valorização e prevenção do risco;
- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;
- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas;
- > Ações de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo à sociedade usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infraestruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;
- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das atividades económicas de base tradicional ligadas ao setor primário;



- > Criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural;
- > Criação de estruturas de apoio a atividades de descoberta da natureza
- > Criação de locais próprios para o estacionamento e estadia de autocaravanas, que sejam mais favoráveis do ponto de vista ambiental mas igualmente favorecidos do ponto de vista da sua atratividade.
- > Criação de um equipamento de referência, âncora fundamental de um novo relacionamento entre a comunidade e o Parque Natural que, além de poder albergar instalações administrativas ou de investigação associadas ao Parque Natural/ICNB, incluirá um centro de interpretação e monitorização dos ecossistemas.

2.6.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Sociedade, designadamente pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Na fase de concurso e no desenvolvimento dos estudos e projetos optou-se sempre pelas soluções mais adequadas para a Sociedade, tendo sempre em vista as boas práticas ambientais, a investigação, a inovação, o desenvolvimento e a integração de novas tecnologias no processo produtivo.

2.6.7. Planos de ação para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa limita a sua atuação pela prossecução do Plano Estratégico da Intervenção.

2.7. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a ótica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do setor empresarial do Estado enunciados na RCM n.º 49/2007, de 1 de fevereiro, estes são na sua generalidade cumpridos direta ou indiretamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO.

A atividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus acionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção.



2.8. Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa aprovado pelo Conselho de Administração visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa encontra-se divulgado a todas as partes interessadas através do site da Sociedade www.polislitoralriafortosa.pt.

2.9. Sistema de controlo para proteção de investimentos e ativos

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia de acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas. Conforme atrás referido, a gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO. Não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública na realização de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços, como se observam as normas e procedimentos internos da Parque EXPO em matéria de realização de despesas e delegação de competências. Existe um sistema centralizado de acompanhamento e monitorização da realização de todas as despesas que assegura o seu devido enquadramento contabilístico e financeiro.

Existem sempre riscos adstritos à contratação e, qualquer processo de concurso tem riscos inerentes os quais muitas vezes ultrapassam a triagem do concurso. No entanto, tais riscos tendem a ser debelados pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos, bem como pelas regras de controlo da Equipa de Gestão da Parque EXPO.

2.10. Mecanismos adotados com vista à proteção de conflitos de interesses

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre assuntos em que tenham, direta ou indiretamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua atividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, direta ou indiretamente, organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco,

afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objetivo e transparente.

2.11. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, no portal da empresa e no portal do SEE

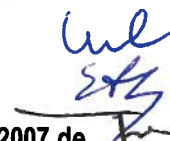
A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de março, no portal das empresas do SEE e no portal da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos			X	
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável



2.12. Cumprimento das orientações e objetivos de gestão previstos no artigo 11.º do DL 300/2007 de 23 de agosto

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu ao cumprimento de todas as orientações estratégicas destinadas ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente a RCM 49/2007, de 28 de março, a RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a RCM 70/2008 de 22 de abril, o Despacho 14277/2008-MFAP de 23 de maio, o Despacho 9870/2009 de 13 de abril, o Despacho 20406/2009-MFAP de 10 de setembro e o Despacho 1315/2010-SETF de 15 de novembro.

2.13. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 maio)

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efetua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de março, no portal das empresas do SEE, reportando previamente essa informação e a sua atualização, à DGTF. Por outro lado, e no âmbito do cumprimento do disposto no Despacho N.º 14277/2008, de 23 de maio, os procedimentos adotados cumprem as medidas de reforço dos mecanismos de controlo financeiro e os deveres especiais de informação das empresas públicas, por este estabelecidas.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa procedeu durante o ano de 2012 ao reporte dos seguintes documentos:

» Planos de Atividades Anuais e Plurianuais

- Remetido em 13 de janeiro de 2012 – Plano de Atividades e Orçamento para 2012

» Documentos de Prestação Anual de Contas, acompanhados do relatório anual de fiscalização do ROC

- Remetido em 13 de abril de 2012 – Relatório e Contas do Exercício de 2011;

» Relatórios Trimestrais de Atividades e de Execução Orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de Fiscalização

- Remetido em 22 de junho de 2012 – Relatório de Atividades do 1.º Trimestre de 2012
- Remetido em 16 de novembro de 2012 – Relatório de Atividades do 2.º Trimestre de 2012
- Remetido em 21 de março de 2013 – Relatório de Atividades do 3.º Trimestre de 2012

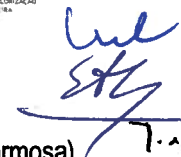
» Atas das Assembleias Gerais

- Ata da reunião da Assembleia Geral da Sociedade de 28 de Dezembro de 2012.

2.14. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2011

Durante o ano de 2012 foi somente realizada a reunião da Assembleia Geral em 28 de dezembro, no entanto têm sido tomadas em conta as anteriores orientações do acionista Estado, constantes:

- i.) Da Ata da Assembleia Geral (AG) da Sociedade de 03.12.2010, quanto à necessidade de dispor, previamente à adjudicação de qualquer despesa de investimento, do respetivo financiamento aprovado;
- ii.) Do ponto 6 do Despacho de 28 de abril de 2011 do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, quanto à necessidade de autorização prévia da AG da Sociedade para lançamento de qualquer investimento de



valor superior a 5% do Capital Social (ou seja superior a 1,125M€, no caso da Polis Litoral Ria Formosa), independentemente dos mesmos estarem previstos nos respetivos orçamentos ou planos já aprovados pelo acionista Estado.

Pelo que, a Polis Litoral Ria Formosa tem dado cumprimento integral às recomendações efetuadas.

2.15. Aplicação da redução remuneratória ao Auditor Externo nos termos do Art.º 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro

A Polis Litoral Ria Formosa não possui Auditor Externo.

2.16. Aplicação da redução de remunerações dos trabalhadores em conformidade com o Art.º 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro e suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do Art.º 21º da mesma Lei

A Polis Litoral Ria Formosa procedeu à aplicação do Art.º 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

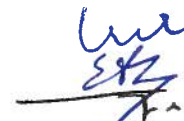
2.17. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de maio, relativamente às normas de contratação pública

Em termos da aplicação das normas de Contratação Pública, a Polis Litoral Ria Formosa está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no respetivo artigo 2.º, N.º 2. Na aplicação das normas da Contratação Pública a Polis Litoral Ria Formosa norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais conveniente para o interesse público. As decisões que autorizam a realização de despesa suportam-se em informações onde é justificada a necessidade de contratar e proposto o procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. Foram ainda incorporadas, nos procedimentos de contratação pública implementados na Polis Litoral Ria Formosa, as orientações constantes do Despacho N.º 438/10-SETF, de 10 de maio.

Neste período, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não procedeu à celebração de qualquer contrato com valor superior a 5 milhões de Euros.

2.18. Medidas tomadas no âmbito da Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A Polis Litoral Ria Formosa, no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua atividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Acionistas. Assim, dado tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objeto social:



estudos; projetos e empreitadas de obras públicas, a Polis Litoral Ria Formosa adota medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não se apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

2.19. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento e reembolsos de despesas de representação pessoal a gestores públicos

A Polis Litoral Ria Formosa nunca disponibilizou qualquer tipo de serviço de telefone domiciliário e internet e nos restantes aspetos procedeu de acordo com a legislação, nos termos do Artigo 32º.


2.20. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

A Polis Litoral Ria Formosa implementou novamente em 2012 um plano de redução de custo que consistiu na redução de custos associados às prestações de serviços anteriormente contratadas e que foram aceites pelas respetivas empresas, nomeadamente de revisão legal de contas e direção e coordenação geral e da intervenção. Neste âmbito, foi também mantida a implementação da redução dos valores das senhas de presença dos elementos do Conselho de Administração, efetuada a redução das remunerações dos funcionários e efetuada a desmobilização de um funcionário da Sociedade.

2.21. Cumprimento do previsto no Art. 89.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I.P.) foram utilizados pela Sociedade no ano de 2012, verificando-se que a sua situação em 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2012
1120014190	Polis Litoral Ria Formosa - Geral	180.435,17 €
1120014191	PRF-PIT - Requalificação Marginal Cabanas	0,00 €
1120014192	PRF - PIT - Plano de Mobilidade OCRF e Adaptação e Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão	0,00 €
1120014193	PRF - POVT - Medidas de Proteção e Defesa da Zona Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projetos de Execução	76.648,26 €
1120014194	PRF - POVT - Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projetos e Planos de Intervenção e Requalificação	59.043,51 €
1120014195	PRF - POVT - Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de Emergência na Ilha da Armona	0,00 €



Nº Conta	Designação	Saldo a 31 de dezembro 2012
1120014196	PRF – Operação Estudos Valorização das Atividades Ligadas à Ria Formosa – Nº 31-03-01-FEP-61 NIFAP nº 007369746	5.000,00 €
1120014197	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas	0,00 €
1120014198	PRF – POAlgarve 21 – Planos de Praia da Ria Formosa – Projetos de Execução	12.464,06 €
1120014199	PRF – POAlgarve 21 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos – Projetos de Execução	22.814,39 €
1120014263	PRF - Conta Caução	68.694,41 €
1120014363	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho de Faro	0,00 €
1120014602	PRF – POAlgarve 21 – Plano de Mobilidade	0,00 €
1120014601	PRF – POAlgarve 21 – Lacem / Manta Rota	0,00 €
1120014600	PRF – POAlgarve 21 – Pedras d' El Rei / Santa Luzia	0,00 €
1120014599	PRF – POAlgarve 21 – Parque Ribeirinho do Ludo	0,00 €


CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

Valor	Data Emissão	Data Reembolso	Taxa
2.000.000,00 €	18-09-2012	28-03-2013	0,727%
1.000.000,00 €	17-10-2012	18-02-2013	0,503%

2.22. Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros 19/2012, de 23 de fevereiro.

A Polis Litoral Ria Formosa tem como órgãos sociais um Conselho de Administração, uma Assembleia Geral e um Fiscal Único, terminantemente nomeados pelos acionistas, estando esta informação divulgada no sítio na internet do SEE.

Muito embora o carácter específico desta sociedade que, para além dos elementos que constituem os Órgãos Sociais, tem dois funcionários, em matéria de políticas de recursos humanos e promoção da igualdade tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, é praticado o princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão do género, de ascendência, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual. Este princípio é aplicado ao atual quadro de pessoal, que é constituído por uma mulher e um homem.



- 2.23. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes conforme ofício circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.”

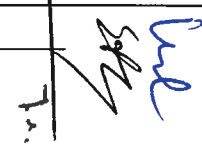
Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€) (*)	129.106,20 €	72.826,49 €	65.219,98 €
Gastos com Órgãos Sociais (€)	43.705,00 €	38.817,00 €	36.040,08 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	4.313,00 €	3.531,00 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	85.401,20 €	34.009,49 €	29.179,90 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	3.271,04 €	5.317,00 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rescisões / Indemnizações (€)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	8	8	8
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	6
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número) (*)	2	2	2

(*) – Os valores referidos não contemplam o pessoal afecto ao desenvolvimento dos projectos, num total de 4 em 2010 e 1 em 2011.

- 2.24. Quadro de divulgação do cumprimento das orientações legais, solicitado no Ofício Circular n.º 843-DGTF de 30 de janeiro de 2013

(Quadro na página seguinte)

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
<i>Observância das metas, obrigações e responsabilidades estabelecidas no Plano Estratégico da Intervenção, garantindo o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas;</i>	X			100 %	
<i>Promoção da sustentabilidade económica, financeira e social, através de uma gestão rigorosa e eficaz, assegurando a utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social e cumprindo com rigor as tarefas que lhe estão cometidas em termos de qualidade, eficiência produtiva e com a melhor utilização dos recursos disponíveis;</i>	X			100 %	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 5 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X		
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do Acionista na aprovação de contas:					
<i>Recomendação 1, na AG de 03-12-2010:</i>					
<i>O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamentos</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
<i>Recomendação 2, na AG de 03-12-2010:</i>					
<i>O Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2010 ou parte dos mesmos, desde que estejam previamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento</i>	X			100 %	Não foram realizados quaisquer investimentos sem previamente assegurar o seu financiamento.
Remunerações:					
Não atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 29º da Lei 64-B/2011	X				
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			2.670,00 €	Senhas de presença
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010			X		Os membros do CA não auferem remuneração fixa mensal.
Órgãos Sociais – suspensão sub. Férias e Natal, nos termos art.º 21º da Lei 64-B/2011			X		Os membros do CA não auferem remuneração fixa mensal.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos nos termos art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			861,00 €	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			5.317,00 €	
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito		X			Os membros do CA não possuem cartão de crédito.
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			Os membros do CA não realizaram despesas de representação pessoal.
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		A SPLRF não possui participadas.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			1	Um contrato, com o valor de 2.606.275,19€ + IVA
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		X			
Parque Automóvel			X	0	Não há variação, deste a sua constituição a SPLRF possui somente uma viatura para uso do serviço
Igualdade do Género:					
Igualdade de tratamento e de oportunidades	X				O quadro de pessoal da SPLRF é constituído por dois funcionários, uma mulher e um homem.



Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			—	Foram implementadas todas as acções de redução de custos com o pessoal, no entanto registou-se a redução um colaborador no quadro de pessoal e o pagamento das respectivas indemnizações, inviabilizando a possibilidade de uma comparação directa dos valores neste período. Foram implementadas acções com vista à redução de custos de FSE
Fornecimentos e Serviços Externos	X			3,49 %	
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes:					
N.º de efetivos			X		As verbas remanescentes referem-se a depósitos relativos a reforços de cauções
N.º cargos dirigentes			X		
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			97,99 %	

Legenda: S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável



3. Estrutura Acionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000,00€, subscrito pelos seus Acionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos acionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respetivamente.

Atualmente encontra-se realizado 67,6% do Capital Social da Sociedade, no valor total de 15.205.953,00€, correspondente às seguintes transferências:

- Estado: Em 22-12-2008 realizou 100% da sua participação, no valor de 14.175.000€;
- Câmara Municipal de Tavira: Em 29-08-2008 realizou 20% da sua participação, no valor de 405.000€;
- Câmara Municipal de Loulé: Em 06-05-2009 e em 10-11-2009 realizou no total 40% da sua participação, no valor de 270.000€;
- Câmara Municipal de Faro: Em 06-06-2012 realizou 11% da sua participação, no valor de 355.953€;

Durante o ano de 2012, somente se registou a realização de capital social por parte da Câmara Municipal de Faro.

4. Atividade Desenvolvida em 2012

4.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2012 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de atividades, entre as quais se destacam:

- Prosseguimento das atividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projetos de execução e empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao POXXI, POVT, e ao PROMAR;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas ao PIT;
- Continuação da elaboração / negociação de vários protocolos de cooperação técnica e financeira – com a CM Tavira, a CM Faro, a CM VRSA, a APA/ARH e o IPTM.

A atividade da sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral Ria Formosa.

Listam-se neste capítulo as principais atividades desenvolvidas pela sociedade no ano de 2012.

4.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua atuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 5.

4.3. Ações desenvolvidas

4.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as atividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica).

Regista-se a aprovação final do Plano Estratégico e do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, em janeiro de 2011. Na sequência desta aprovação, foi remetida a Declaração Ambiental para a Agência Portuguesa do Ambiente.

4.3.2. Planos / Estudos / Projetos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de seleção dos adjudicatários para a elaboração de diversos levantamentos topográficos e cadastrais considerados prioritários, bem como de estudos e projetos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.



No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as ações/projetos a concretizar ao longo da Intervenção, com especial destaque para as que tiveram desenvolvimento no presente ano:

Ação/Projeto		Projeto		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
Ações TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO					
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico		(outubro 08)	Janeiro 11	N/A	
P1 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira					
P1 Reestruturação e Requalificação					
P1.1	Ilha de Faro – Plano de Pormenor	(março 09)	(agosto 13)	N/A	
P1.1	Ilha de Faro – Ponte e Acessos e EIA	(junho 11)	setembro 13	dezembro 13	dezembro 14
P1.2	Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol) *	(março 10)	junho 13	(outubro 13)	outubro 14
P1.3	Ilha da Armona (núcleo da Armona) *	(março 10)	agosto 13	dezembro 13	dezembro 14
P1.4	Quatro Águas – Acesso viário e cais	(novembro 08)	abril 14	setembro 13	dezembro 14
P 1.5	Ilha de Tavira	(fevereiro 09)	abril 14	setembro 13	dezembro 14
P2 Medidas Corretivas da erosão e defesa costeira					
P2.1 Renaturalização					
	PIR - Projeto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes	(dezembro 09)	(fevereiro 12)	julho 13	dezembro 14
	Levantamento das edificações existentes	(janeiro 09)	(janeiro 10)	N/A	
	Demolição e Remoção de Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens	----	----	(dezembro 08)	(abril 09)
	Demolições e Limpeza do Areal da Fuseta - Empreitada de Emergência	----	----	(abril 10)	(julho 10)
	Demolições e limpeza do areal da Fuseta	----	----	(abril 10)	(junho 10)
	Demolições controladas de casas em risco de derrocada na zona poente da Península do Ancão	----	----	(dezembro 10)	(janeiro 11)
	Levantamento topográfico	(junho 10)	Fevereiro 11	N/A	
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras					
	Estudo e Planos - Minimização de Riscos Inerentes à Hidrodinâmica da Ria Formosa	(maio 10)	(janeiro 12)	N/A	
	Levantamento topo-hidrografico da ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e Canal da Fuseta	(março 10)	(março 10)	N/A	
	Levantamento topo-hidrografico da barra da Fuseta e áreas adjacentes	(julho 10)	(julho 10)	N/A	
	Levantamento topo-hidrografico das barras da Fuseta e áreas adjacentes	(dezembro 10)	(dezembro 10)	N/A	
	Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona, Canal da Fuseta - Intervenção de Emergência	(agosto 10)	(outubro 10)	(novembro 10)	(dezembro 10)
	Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência	----	(maio 10)	(junho 10)	(outubro 10)
	Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência			(junho 10)	(outubro 10)
	Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência	(novembro 10)	(novembro 10)	(janeiro 11)	(agosto 11)
	Fiscalização da empreitada do Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência			(janeiro 11)	(abril 11)
	Recolha de amostras e respetiva caracterização física e química dos sedimentos existentes na zona da antiga barra da Fuseta	(novembro 10)	(novembro 10)	N/A	
	Recolha de amostras e caracterização físico-química dos sedimentos existentes em zonas da Ria Formosa	(março 11)	(julho 11)	N/A	
	Atualização de dados Topo-Hidrográficos em Zonas da Ria Formosa	(março 11)	(maio 11)	N/A	
	Monotorização topohidrográfica das barras da Fuseta	(fevereiro 11)	(dezembro 11)	N/A	
	Recolha de amostras e caracterização físico-química de sedimentos da Ria, em zona entre Barras da Fuseta	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	N/A	
	Reabilitação da barra nova da Fuseta - intervenção de Emergência	(janeiro 11)	(fevereiro 11)	(abril 11)	(agosto 11)
	Fiscalização de Empreitadas de Recuperação e Consolidação do Cordão Dunar na Ilha da Armona e de Reabilitação da Barra Nova da Fuseta	N/A		(maio 11)	(setembro 11)

Handwritten signature and initials

Ação/Projeto	Projeto		OBRA	
	Início	Conclusão	Início	Conclusão
Empreitada de Reposição das Condições de Navegabilidade na Área de Manobra do Cais da Ilha da Armona - Intervenção de Emergência	(dezembro 10)	(dezembro 10)	(março 11)	(março 11)
Assessoria Técnica Especializada às Intervenções de Fecho da Barra Velha da Fuseta e de Reposição das Condições de Navegabilidade na Barra Nova da Fuseta	(abril 11)	(dezembro 11)	(abril 11)	(dezembro 11)
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	junho 13	N/A	
Projectos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	junho 13	outubro 13	dezembro 14
P2.3 Recuperação dunar e lagunar				
Elaboração de parecer sobre a possibilidade e consequências da construção de obras de proteção costeira na Ria Formosa	(abril 11)	(junho 11)	----	----
Plano da Valorização da Hidrodinâmica e mitigação dos riscos nas ilhas Barreira e EIA	(abril 12)	junho 13	N/A	
Projectos de Execução para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação de Risco nas Ilhas Barreira	(setembro 12)	junho 13	outubro 13	dezembro 14
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar				
Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar	(janeiro 12)	junho 13	outubro 13	dezembro 14
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria				
Plano de Mobilidade e Ordenamento de Circulação na Ria	(outubro 11)	julho 13	N/A	
P5 Criação, requalificação e valorização das Infraestruturas de acostagem e áreas adjacentes				
Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira	(fevereiro 09)	(dezembro 09)	(maio 10)	(março 11)
Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"	N/A		(maio 2010)	(abril 11)
Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo - Turísticas e Taxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira	(maio 2010)	(junho 2010)	(julho 2010)	(agosto 2010)
Inspeção Subaquática às Estruturas Imersas das Pontes Cais de Olhão, Armona, Culatra e Farol	(junho 2010)	(outubro 2010)	N/A	
Avaliação do Estado da Estrutura de Betão do Cais de Olhão	(dezembro 10)	(dezembro10)	N/A	
Cais da Ilha de Tavira, Quatro Águas e Armona	----	----	---	dezembro 14
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das atividades ligadas aos recursos da Ria				
Elaboração de Estudos e Planos	(janeiro 2010)	abril 13	N/A	
P7 Infraestruturas de apoio ao uso balnear				
Plano de Praia do Garrão (nascente)	(dezembro 09)	(maio 12)	janeiro 14	dezembro 14
Plano de Praia do Ancão	(julho 09)	(março12)	agosto 13	julho14
Plano de Praia dos Cavacos	(maio 2010)	(dezembro 11)	agosto 13	julho14
Plano de Praia Fuseta – Ria Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)	(novembro 09)	(abril 12)	---	dezembro 14
Levantamento topográfico	(julho 10)	(fevereiro 11)	N/A	
P9, P10 Plano de marketing territorial Plano de comunicação e divulgação				
Planos	(abril 09)	dezembro 14	N/A	
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais				
Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM	(novembro 08)	(janeiro 09)



5. Orçamento

5.1. Despesa Realizada

Em 2012, a despesa realizada respeitou a:

- Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Estudos, Planos e Projetos de Execução bem como com o Contrato de Gestão Global da Intervenção;
- Em termos de centros de custo aos “Custos de Estrutura e de Gestão” e ao “P1 - Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Espaços Terrestres Contíguos

Globalmente, a despesa realizada em 2012 situou-se nos 1.812.195€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos 21,84 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo, e a sua comparação com os valores orçamentais previstos para o mesmo período.

Despesa por natureza - Ano 2012 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Naturezas		Ano 2012				Intervenção Global		
		Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
02	CONSUMOS	9.012,04	7.456,44	-1.555,60	-17,26%	63.960,80	44.061,13	68,89%
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	7.889,04	5.285,31	-2.603,73	-33,00%	41.436,11	22.521,14	54,35%
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	24.172,16	22.053,21	-2.118,95	-8,77%	167.926,30	117.041,03	69,70%
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	92.766,76	88.688,18	-4.078,58	-4,40%	484.535,14	292.724,30	60,41%
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	29.123,48	28.370,29	-753,19	-2,59%	209.373,32	151.959,56	72,58%
11	REMUNERAÇÕES ÓRGÃO SOCIAIS	39.717,00	36.046,10	-3.670,90	-9,24%	269.163,02	185.743,12	69,01%
12	REMUNERAÇÕES SERVIÇOS EXTERNOS	27.896,40	27.896,40	0,00	0,00%	183.351,60	127.558,80	69,57%
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.130,66	1.130,66	100,00%
18	CUSTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	381.717,06	0,00	0,00%
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	552.839,04	552.839,04	0,00	0,00%	4.328.448,00	3.078.551,04	71,12%
28	ARQUEOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00%	8.640,00	8.640,00	100,00%
36	ESTUDOS E PLANOS	977.506,35	436.969,80	-540.536,55	-55,30%	3.163.288,01	2.400.749,13	75,89%
43	ASSESSORIAS	55.225,46	38.215,48	-17.009,98	-30,80%	534.352,50	499.167,87	93,42%
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	1.836.040,20	560.028,90	-1.276.011,30	-69,50%	3.400.115,48	1.638.676,82	48,19%
49	DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	15.702,74	11.897,93	-3.804,81	-24,23%	51.311,12	31.943,89	62,26%
50	EMPREITADAS	24.681.666,57	-6.012,36	-24.687.678,93	-100,02%	69.714.906,69	12.774.026,54	18,32%
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	786.334,91	2.460,00	-783.874,91	-99,69%	2.338.776,59	466.473,92	19,95%
99	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	2.398.790,00	0,00	-2.398.790,00	-100,00%	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Intervenção Global		31.534.682,15	1.812.194,72	-29.722.487,43	-94,25%	91.342.432,40	21.843.993,95	23,91%
Total CMFaro / Reajornamento		2.398.790,00	0,00	-2.398.790,00	-100,00%	6.000.000,00	3.025,00	0,05%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		29.135.892,15	1.812.194,72	-27.323.697,43	-93,78%	85.342.432,40	21.843.993,95	25,60%


Despesa por Centros de Custo - Ano 2012 e Total da Intervenção

(Valores com IVA em euros)

Centro de Custo / Descrição		Ano 2012				Intervenção Global		
		Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	783.415,92	768.634,96	-14.780,96	-1,89%	6.131.042,01	4.021.290,78	65,59%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	0,00	0,00	0,00	0,00%	282.379,70	282.379,70	100,00%
RF110000	P1 – Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp. Terrestres Contíguos	5.226.498,64	370.788,87	-4.855.709,77	-92,91%	14.466.599,69	1.260.123,41	8,71%
RF120000	P2 – Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recup. Dunar e Lagunar	11.837.524,50	231.354,29	-11.606.170,21	-98,05%	38.381.825,00	6.587.919,78	17,16%
RF130000	P3 – Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	543.362,84	8.595,24	-534.767,60	-98,42%	2.000.000,00	8.595,24	0,43%
RF140000	P4 – Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	236.760,62	35.055,00	-201.705,62	-85,19%	250.000,01	35.833,30	14,33%
RF150000	P5 – Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acolagem e Áreas Adjacentes	2.179.756,05	18.701,00	-2.161.055,05	-99,14%	7.216.000,01	3.882.123,85	53,80%
RF160000	P6 – Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas	271.696,46	149.018,19	-122.678,27	-45,15%	501.076,69	411.291,25	82,08%
RF170000	P7 – Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	3.591.527,37	110.106,93	-3.481.420,44	-96,93%	7.203.328,18	304.782,21	4,23%
RF180000	P8 – Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	6.602.167,31	86.261,61	-6.515.905,70	-98,69%	12.702.196,52	3.513.969,90	27,66%
RF190000	P9 – Plano de Marketing Territorial	34.501,04	0,00	-34.501,04	-100,00%	208.472,62	79.093,73	37,94%
RF200000	P10 – Plano de Comunicação e Divulgação	25.949,88	33.678,63	7.728,75	29,78%	499.511,95	456.265,72	91,34%
RF210000	P11 – Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	67.433,64	0,00	-67.433,64	-100,00%	250.000,01	0,00	0,00%
RF220000	P12 – Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	134.087,88		-134.087,88	-100,00%	1.250.000,00	1.000.325,08	80,03%
Intervenção Global		31.634.682,15	1.612.194,72	-29.722.487,43	-94,26%	91.342.432,39	21.643.993,95	23,91%
Total CMFaro / Realojamento		2.398.790,00	0,00	-2.398.790,00	-100,00%	6.000.000,00	6.000.000,00	100,00%
Total Sociedade Polis Litoral Ria Formosa		29.135.892,15	1.612.194,72	-27.323.697,43	-93,78%	85.342.432,39	15.643.993,95	18,57%

Relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2012, o desvio verificado prende-se fundamentalmente com o atraso na realização de empreitadas – menos cerca de 24,7 milhões de Euros do que o inicialmente previsto – e nos Projetos P2 – menos cerca de 11,6 milhões de Euros e P8 – menos cerca de 6,5 milhões de Euros.

Registe-se ainda que no Projeto P8 o decréscimo na despesa global de 2012, indicado no quadro anterior, se deveu à redução de 258.875,68€ nos valores acumulados, em virtude da alteração do IVA da Empreitada de Requalificação Paisagística da Marginal da Cabanas, para taxa reduzida.

5.2. Financiamento Recebido

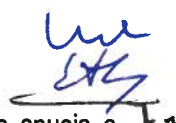
A cobertura financeira da despesa foi efetuada com base nos financiamentos realizados / recebidos (em 2008, em 2009, em 2010, em 2011 e em 2012) como a seguir se indica:

- De capital social do acionista Estado (realizado integralmente no ano de 2008), no montante de 14,175 milhões de Euros;



- De capital social realizado pelos acionistas Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Loulé e Câmara Municipal de Faro, no montante de 405 mil Euros, 270 mil Euros e de 355,9 mil Euros, respetivamente;
- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, durante o ano de 2009 - cerca de 1.604,8 mil Euros, sendo na sua globalidade do POA – Programa Operacional do Ambiente, no ano de 2010 – no montante de 558,4 mil Euros recebidos integralmente do POVT – Programa Operacional da Valorização do Território e no ano de 2011 – no valor global de 2.573,8 mil Euros, sendo 1.222 mil Euros, de pagamentos do POVT e os remanescentes 1.351,8 mil Euros do PO Alg – Programa Operacional do Algarve e no ano de 2012 – no valor de 975,4 mil Euros, sendo 538,4 mil Euros de pagamentos do POVT, 280,2 mil Euros de pagamentos do PO Alg e os remanescentes 156,5 mil Euros do PROMAR.
- Do financiamento da parcela de 500 mil Euros, paga em 2010 pelo IPTM a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira, bem como uma segunda parcela de 1.550 mil Euros, paga em janeiro de 2011 e ainda um terceiro pagamento de 1.100 mil Euros, pago em Janeiro de 2012 no âmbito do já referido protocolo. A este valor global de 3.150 mil Euros viria a acrescer já no início de 2013 um quarto pagamento de 192 mil Euros;
- Da parcela de 1.112,2 mil Euros pagos pela Câmara Municipal de Tavira a título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Comparticipação Financeira celebrado entre a Sociedade;
- Do pagamento pelo PIT e no âmbito da candidatura referente à Marginal de Cabanas, da parcela de 192,5 mil Euros a título de adiantamento - 30% do cofinanciamento total da candidatura, pago em 2010 e da parcela de 377,5 mil Euros pago em 2011 no âmbito da mesma candidatura;
- Da parcela de 25 mil Euros pago pela ARH em 2009 no quadro do protocolo de cooperação técnica e financeira para desenvolvimento do P6. - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Atividades Económicas;
- Do valor de 639,6 mil Euros, recebido até 31.Dez.2012 e relativo a juros, “vendas de cadernos de encargos” e contrapartidas do ICNB e do INRB no âmbito do Protocolo de “Segurança e Vigilância humana.

Em termos acumulados ao final de 2012, o financiamento global recebido pela sociedade atingiu os 26.435 mil Euros.



No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31 dezembro, permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.

(Valores com IVA em euros)

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano 2012		Intervenção Global		
	Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Orçamento PAO 2012 (Aprov. CA de 22.12.2011)	Realizado	Taxa de Execução
Comunitário	13.105.719,00	975.048,00	44.407.006,00	5.712.103,00	12,86%
POVT - Programa Operacional Temático de Valorização Territorial	9.096.983,00	538.392,00	34.698.452,00	2.318.827,00	6,68%
POR Algarve	3.646.655,00	280.168,00	7.627.254,00	1.631.987,00	21,40%
PROMAR	362.081,00	156.488,00	476.479,00	156.488,00	32,84%
POA - Programa Ambiente (QCA III)	0,00	0,00	1.604.821,00	1.604.821,00	100,00%
Nacional	13.742.407,00	1.475.953,00	41.230.602,00	20.083.233,00	48,71%
Capital Social	7.650.000,00	375.953,00	22.500.000,00	15.225.953,00	67,67%
Estado	0,00	0,00	14.175.000,00	14.175.000,00	100,00%
Câmaras Municipais	7.650.000,00	375.953,00	8.325.000,00	1.050.953,00	12,62%
Faro	3.150.000,00	375.953,00	3.150.000,00	375.953,00	11,94%
Olhão	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00	0,00	0,00%
Tavira	1.820.000,00	0,00	2.025.000,00	405.000,00	20,00%
Loulé	405.000,00	0,00	675.000,00	270.000,00	40,00%
Financiamento Adicional	768.189,00	0,00	1.896.656,00	1.112.270,00	58,64%
CM Tavira	37.624,00	0,00	1.166.111,00	1.112.270,00	95,38%
CM Faro	213.985,00	0,00	213.985,00	0,00	0,00%
CM Olhão	180.726,00	0,00	180.726,00	0,00	0,00%
CM Loulé	65.093,00	0,00	65.093,00	0,00	0,00%
CM Vila Real de Santo António	270.741,00	0,00	270.741,00	0,00	0,00%
MOPTC / IPTM	1.500.000,00	1.100.000,00	6.066.723,00	3.150.000,00	51,92%
MADPR / ARH	-402,00	0,00	24.598,00	25.000,00	101,63%
Marinha	62.328,00	0,00	77.910,00	0,00	0,00%
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	1.382.210,00	0,00	4.857.371,00	570.010,00	11,73%
Realojamento (CM Faro + INRHU) (*)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Privados	2.380.102,00	0,00	5.807.344,00	0,00	0,00%
Outras Receitas (Incluindo juros e contrapartidas de custos)	0,00	85.873,00	572.859,00	639.636,00	111,66%
Juros Credores	0,00	48.894,00	484.261,00	508.745,00	105,06%
Outras Receitas (Cópias de Processos de Concursos)	0,00	2.100,00	88.598,00	15.593,00	17,60%
Contrapartida ICNB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	0,00	26.291,00	0,00	78.450,00	
Contrapartida INRB Protocolo Psseg. Vig. Humana (**)	0,00	8.588,00	0,00	36.848,00	
TOTAL	26.848.128,00	2.536.874,00	86.210.467,00	26.434.972,00	30,66%

(*) - Investimento e financiamento da responsabilidade da CM Faro

(**) - Contrapartida ao contrato de segurança e vigilância das instalações

5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação a 31.12.2012, de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário e mesmo nacional (ao PIT – Programa Integrado do Turismo), incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas e/as não contratadas, sendo, em termos globais o ponto de situação como se segue:

Handwritten signature and initials

• Das Candidaturas ao POA (ainda QCA III)

CANDIDATURA nº 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ria Formosa",							
1.Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008				178.200,00		Fechada	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura				75%			
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos			
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
1	30-Dez-08	178.200,00	25/09	10-Fev-09	160.380,00	0,00	
			57/09	24-Mar-09	17.820,00		
TOTAL		178.200,00		178.200,00		0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)				100,00%			
5.Enviado Relatório Final em 30-12-08							
6.Encerramento da candidatura em Março de 2009							

CANDIDATURA nº 1.1/00071 - "Conservação e valorização do património natural da Ria Formosa",							
1. Financiamento aprovado em 30 de Junho de 2009 (Reprogramação)					1.409.903,40	Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					75%		
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	01-Abr-09	841.958,18	81/09	30-Abr-09	734.002,20	0,00	
			91/09	05-Mai-09	107.955,98		
2	07-Mai-09	564.609,98	111/09	19-Jun-09	401.556,59	0,00	62.664,76
			159/09	06-Out-09	68.951,73		
			160/09	06-Out-09	31.436,90		
3	15-Jul-09	65.556,66	161/09	06-Out-09	65.556,66	0,00	
TOTAL		1.472.124,82		1.409.460,06		0,00	

CANDIDATURA nº 1.3/00038 - "Video sobre a Ria Formosa"							
1.Financiamento aprovado em Maio de 2009				17.160,83		Fechada	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura				75%			
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos				Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	07-Mai-09	17.160,83	135/09	28-Jul-09	12.764,25	0,00	
			138/09	25-Ago-09	2.978,33		
			139/09	25-Ago-09	1.418,25		
TOTAL		17.160,83		17.160,83		0,00	

Luís
Silva
7.12

• **Das Candidaturas ao POVT (QREN)**

CANDIDATURA n.º POVT-03-0133-FCOES-000020 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"						
1. Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009					1.372.345,48	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N.º	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	29-Mar-10	71.101,80	07-Abr-10	71.101,80	0,00	
2	30-Mar-10	49.392,00	07-Abr-10	49.392,00	0,00	
3	30-Mar-10	35.550,90	07-Abr-10	35.550,90	0,00	
4	22-Abr-10	78.708,00	30-Abr-10	78.708,00	0,00	
5	22-Abr-10	25.074,00	30-Abr-10	25.074,00	0,00	
6	22-Abr-10	10.416,00	30-Abr-10	10.416,00	0,00	
7	18-Ago-10	15.578,89	25-Ago-10	15.578,89	0,00	
8	18-Ago-10	96.986,83	27-Ago-10	96.986,83	0,00	
9	11-Out-10	Envio dos Recibos do PP contra-fatura				
10	15-Nov-10	6.673,80	08-Dez-10	6.673,80	0,00	
11	18-Nov-10	53.779,60	08-Dez-10	53.779,60	0,00	
12	30-Dez-11	254.174,25	05-Jan-12	254.174,25	0,00	
13	18-Mai-12	117.574,98	26-Jul-12	117.574,98	0,00	
			31-Out-12	41.991,06	-41.991,06	Acrescimo de Recebimentos (95%- top up)
14	12-Jul-12	28.876,35	28-Ago-12	28.876,35	0,00	
			31-Out-12	10.312,98	-10.312,98	Acrescimo de Recebimentos (95%- top up)
15	12-Jul-12	7.761,60	28-Ago-12	7.761,60	0,00	
			31-Out-12	2.772,00	-2.772,00	Acrescimo de Recebimentos (95%- top up)
16	12-Jul-12	2.923,40	03-Out-12	2.923,40	0,00	
			31-Out-12	1.044,07	-1.044,07	Acrescimo de Recebimentos (95%- top up)
17	12-Jul-12	3.425,58			-3.425,58	
18	28-Nov-12	23.744,00			-23.744,00	
19	28-Nov-12	41.490,62				
						Acrescimo de Recebimentos (95%- top up)
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		881.741,98		854.572,40	27.169,58	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		881.741,98		910.692,51	-28.950,53	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					62,27%	

CANDIDATURA nº POVT-03-0133-FCOES-000028 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução"

1. Financiamento Aprovada em 30-03-2010 1.156.220,80

2. Taxa de Financiamento da Candidatura 70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	20-Jul-10	100.930,20	27-Jul-10	100.930,20	0,00	
2	18-Nov-10	14.217,00	08-Dez-10	14.217,00	0,00	
3	28-Mar-11		Sem efeito		0,00	
4	29-Mar-11	15.881,25	7-Abr-11	15.881,25	0,00	
5	29-Mar-11	16.143,75			16.143,75	
6	29-Jun-11	5.686,80	22-Dez-11	5.686,80	0,00	
7			17-Mai-11	16.143,75	-16.143,75	Pagamento PP5 CF
8	29-Dez-11	27.142,71	3-Jan-12	27.142,71	0,00	
9	12-Jul-12	1.282,89			1.282,89	
10	13-Jul-12				0,00	Anulado
11	13-Jul-12	32.287,50	13-Set-12	32.287,50	0,00	
			31-Out-12	11.531,25	-11.531,25	Acréscimo de Recebimentos (95% - top up)
12	06-Dez-12	19.785,78			19.785,78	
13	06-Dez-12	25.830,00			25.830,00	
14	06-Dez-12	12.484,50			12.484,50	
15	06-Dez-12	12.467,28			12.467,28	
16	06-Dez-12	12.441,45			12.441,45	
17	06-Dez-12	5.510,40			5.510,40	
18	06-Dez-12	4.305,00			4.305,00	
19	06-Dez-12	1.360,38			1.360,38	
20	07-Dez-12	4.050,69			4.050,69	
TOTAL sem Mecanismo TOP UP		311.807,58		212.289,21	99.518,37	
TOTAL com Mecanismo TOP UP		311.807,58		223.820,46	87.987,12	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					18,38%	

Handwritten signature and initials

CANDIDATURA nº POVT-01-0133-FCOES-000045 -"Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de emergência na ilha da Armona -Núcleo da Fuzeta						
1.Financiamento Aprovado em 31-12-2010					1.248.646,30	Em Encerramento e reprogramação
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	18-Mar-11	972.558,79	15-Abr-11	972.558,79	0,00	Pagamento parcial. 5% do total candidatura só pode ser pago com o
2	19-Mai-11	253.029,18	07-Jun-11	211.755,20	41.273,98	
TOTAL		1.225.587,97		1.184.313,99	41.273,98	

CANDIDATURA nº POVT-12-0233-FCOES-000059 - "Medidas Corretivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa"						
1. Candidatura apresentada em Outubro de 2012					15.888.989,48	Em Análise - Valor de Financiamento referente apenas à prioridade A da candidatura proposta
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	



• **Das Candidaturas ao PO Algarve (QREN)**

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000015-“Planos de Praia da Ria Formosa-projectos de Execução”						
1. Financiamento Aprovado em 07-12-2010					192.884,45	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	29.184,13	05-Abr-11	29.184,13	0,00	
2	07-Jul-11	9.971,24	04-Ago-11	9.971,24	0,00	
3	26-Dez-12	34.005,86	27-Jan-12	34.005,86	0,00	
4	07-Fev-12	29.913,73	14-Mar-12	29.913,73	0,00	
5	02-Ago-12	17.179,17	24-Ago-12	17.179,17	0,00	Pagamento do remanescente da subida de taxa de 60% de cofinanciamento para
6	27-Dez-12	57.902,68			57.902,68	
7			28-Dez-12	12.464,06	-12.464,06	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
TOTAL		178.158,80		132.718,19	45.438,82	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					92,37%	

CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000016-“Requalificação dos Espaços Ribeirinhos- Parques Públicos e Percursos Pedonais - Projectos de execução”						
1. Financiamento Aprovado em 07-12-2010					354.301,08	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	19-Jan-11	96.833,40	05-Abr-11	96.833,40	0,00	
2	12-Dez-11	58.935,00	22-Jan-12	58.935,00	0,00	
3	06-Fev-12	67.623,60	08-Mar-12	67.623,60	0,00	
4	02-Ago-12	37.232,01	24-Ago-12	37.232,01	0,00	Pagamento do remanescente da subida de taxa de 60% de cofinanciamento para
TOPUP			28-Dez-12	22.814,39	-22.814,39	Acréscimo de Recebimentos (95%- top up)
TOTAL		260.624,01		263.438,40	-22.814,39	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					73,58%	

me
Stz
in

CANDIDATURA nº ALG-02-132-FEDER-000018-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					1.279.807,98	Em Encerramento
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					60%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	30-Dez-10	1.230.605,51	06-Abr-11	1.215.810,00	14.795,51	Foi pago o montante até 95% do Total do valor aprovado
2	19-Jan-11	43.728,35			43.728,35	
TOTAL		1.274.333,86		1.215.810,00	58.523,86	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					99,57%	

CANDIDATURA nº ALG-02-132-FEDER-000030-"Criação do Parque Ribeirinho de Faro"						
1.Financiamento Aprovado em 30-08-2011					2.284.539,98	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	

CANDIDATURA nºALG-02-1132-FEDER-000037-" Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação da Ria Formosa"						
1.Financiamento aprovado em 31-10-2012					164.129,00	Ainda não contratada
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	

Handwritten signature and initials

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000034- "Parque Ribeirão do Ludo"

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012

489.937,00 Ainda não contratada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000035- "Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012

404.887,00 Ainda não contratada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000036 - "Percurso Pedonal e Ciclável Iacém- Manta Rota -Fase 1"

1. Financiamento aprovado em 31-10-2012					389.858,00	Ainda não contratada
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					0,00%	

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000043 - "Implementação do Plano de Praia do Ancão-1ª Fase"

1. Financiamento Proposto em 17 Dezembro de 2012					2.474.084,33	Em Análise
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					0,00%	

CANDIDATURA nº ALG-02-1132-FEDER-000044 - "Implementação do Plano de Praia dos Cavacos"

1. Financiamento Proposto em 17 Dezembro de 2012					316.634,92	Em Análise
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					0,00%	

• **Das Candidaturas ao PROMAR**

CANDIDATURA nº 31-03-01-FEP-61-“Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa”						
1.Financiamento Proposto em Novembro de 2009 e aprovado em 22-03-2010					466.368,00	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					75%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	02-Fev-11	93.657,28			93.657,28	Corrigidos neste mapa os valores pedidos dado que parte são cofinanciados pelo FEP e parte pelo OE.
1 anulado	17-Nov-11	-93.657,28			-93.657,28	
1 reformulado	25-Nov-11	190.482,88	30-Mai-12	151.488,00	33.994,88	
			29-Nov-12	5.000,00		
TOTAL		190.482,88		156.488,00	33.994,88	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					40,84%	

Handwritten signature and initials

• **Das Candidaturas ao PIT**

CANDIDATURA nº104/PIT-4/10-“Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas”						
1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010				641.713,85		Fechada
2.Taxa de Financiamento da Candidatura				21%		
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
Ped. Adiantamento	27-Ago-10	192.514,16	11-Nov-10	192.514,16	0,00	
1ºPP	29-Jun-11	413.789,01	24-Ago-11	377.495,82	36.293,19	
TOTAL		606.303,17		570.009,98	36.293,19	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)				94,48%		

CANDIDATURA nº 103/PIT-4/10-“Reabilitação das Pontes-Cais de Oihão, Armona e Culatra (Povoação e Farol)”						
1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010					393.932,00	Fechada. Aguarda pagamento
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					20%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	30-Set-12	393.932,00			393.932,00	
TOTAL		393.932,00			393.932,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					100,00%	

CANDIDATURA nºP002011/PIT-LI-"Parque Ribeirão de Faro"

1. Financiamento Aprovado em 07 SET 2011, e já com autorização do Ministro das Finanças

836.281,32

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

25%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA nº...-"Parque Ribeirão do Ludo"

1. Financiamento proposto em Maio de 2012

339.814,81 Ainda em análise

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

45%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0,00%

CANDIDATURA nº...."Requalificação da Marginal de Pedras d'El Rei / Sta. Luzia"

1.Financiamento proposto em Maio de 2012					273.321,34	Ainda em análise
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					45%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	

CANDIDATURA nº.... Percurso Pedonal e Ciclável Iacém- Manta Rota -Fase 1

1.Financiamento proposto em Maio de 2012					339.046,25	Ainda em análise
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					45%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00		0,00	0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	



6. Análise Económica e Financeira

6.1. Balanço

Em 2012 o Balanço da Polis Litoral Ria Formosa foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

6.2. Gestão de Risco Financeiro

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de Euros, para o qual foram desde logo em sede de criação da Sociedade previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se, em alguns dos pontos deste capítulo, os aspetos julgados relevantes.

6.2.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

O sistema de gestão de risco financeiro existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base: i) a proximidade entre a Sociedade e os seus Acionistas (Estado e Municípios); ii) a estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis da Sociedade.

➤ Diversificação de instrumentos de financiamento

O plano de financiamento do investimento da Polis Litoral Ria Formosa está previamente definido e tem por base o Capital Social e Financiamento Comunitário.

➤ Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2012, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa não recorreu ao financiamento bancário durante este ano.

➤ Diversificação de entidades credoras

Atualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua seleção resulta de processos de contratação pública que seguem as normas legalmente em vigor.

lml
7.2
Sotz

➤ Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

O facto dos objetivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Atividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas e posteriormente, numa base trimestral, objeto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objetivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

6.2.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

A atuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de ações específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

➤ Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

➤ Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

➤ Minimização da prestação de garantias reais

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.

➤ Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)

Não aplicável.

6.2.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

➤ Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais

Não aplicável.

- Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito
Estando a Sociedade a desenvolver uma atividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.
- Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento
Atendendo à natureza da atividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários.

6.2.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

- Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos
Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro
Atendendo à especificidade da atividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março de 2007.

6.2.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira

A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de swap.



6.2.6. Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 janeiro:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				Ponto 6.2.1. do R C
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				Ponto 6.2.2. do R C
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				Ponto 6.2.3. do R C
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
Inclusão nos R&C				Ponto 6.2.4. do R C
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	Ponto 6.2.5. do R C

Legenda:

FC - Fundos comunitários CP - Capital próprio
 S - Sim N - Não N.A. - Não Aplicável

6.2.7. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2012 no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril

Não se registaram nem está previsto o recurso à obtenção de capitais por endividamento.

6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 38 dias.



Prazo médio de pagamentos fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	72	46	22	31	58	34	36	25

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

A Polis Litoral Ria Formosa não possui qualquer pagamento em atraso, de acordo com a definição constante do Artigo 1.º do DL 65-A/2011, de 17 de Maio, em que «Atraso no pagamento», significa o não pagamento de factura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da factura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Assim, apesar de à data existirem facturas dos seguintes prestadores de serviços, estas não se encontram com atraso no seu pagamento, pelo que o quadro apresenta-se sem qualquer preenchimento.

Entidade	Valor	Pagamentos em atraso				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
OPTIMUS	354,19 €	---	---	---	---	---
CTT	73,64 €	---	---	---	---	---
CONFORLIMPA	405,90 €	---	---	---	---	---
A. MASCOTE	2.324,70 €	---	---	---	---	---
ALGARDATA	1.272,58 €	---	---	---	---	---
SULCAMPO	74,98 €	---	---	---	---	---
VIGIEXPERT	12.191,34 €	---	---	---	---	---
DFK	2.829,00 €	---	---	---	---	---
LOCARENT	63,78 €	---	---	---	---	---
PARQUE EXPO	46.069,92 €	---	---	---	---	---
LAND DESIGN	23.370,00 €	---	---	---	---	---
BRUNO ROCHA ENG. UNIPESSOAL	36.900,00 €	---	---	---	---	---



7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º dos Estatutos da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de setembro, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objeto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respetivos Estatutos a data da sua duração, a qual na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2012 alterando o prazo de duração da Sociedade, constante no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos, foi fixada em 31 de dezembro de 2014.
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade.

Deliberou:

- Adotar em 2012, à semelhança do que foi adotado em 2011, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efetuado aquando da conclusão dos vários projetos.

8. Informação Complementar

8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

8.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

8.3. Referências

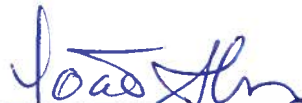
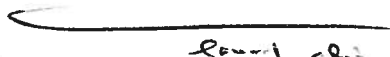
Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objetivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pela Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e a ação do Gabinete Coordenador do Programa Polis..

Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da atividade da Sociedade não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a sociedade se relacionou.

Olhão, 11 de abril de 2013

O Conselho de Administração,


Manuel Augusto Ruano Lacerda
(Presidente do Conselho de Administração)
João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)
Sebastião Francisco Seruca Emídio
(Vogal do Conselho de Administração)



II.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



II.1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **– BALANÇO –**



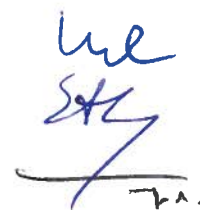
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-12	31-Dez-11
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	20,104,548.47	18,393,928.42
		20,104,548.47	18,393,928.42
Activo Corrente			
Clientes / Protocolos	5	20,341.01	29,660.42
Adiantamentos a fornecedores	6	168.34	584.87
Estados e outros entes públicos	7	157,912.92	142,150.39
Outras contas a receber	8	863,462.96	1,544,457.37
Diferimentos	9	1,749.50	2,054.13
Caixa e depósitos bancários	10	4,674,881.16	4,082,504.79
		5,718,515.89	5,801,411.97
Total do activo		25,823,064.36	24,195,340.39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	15,205,953.00	14,850,000.00
Outras variações no capital próprio	12	10,296,957.04	8,925,264.85
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Total do capital próprio		25,502,910.04	23,775,264.85
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	8	147,953.43	149,452.95
		147,953.43	149,452.95
Passivo corrente			
Fornecedores	13	19,590.11	19,937.22
Estado e outros entes públicos	7	2,615.55	6,801.78
Outras contas a pagar	8	149,995.23	243,883.59
		172,200.89	270,622.59
Total do passivo		320,154.32	420,075.54
Total do capital próprio e do passivo		25,823,064.36	24,195,340.39

TOC (22/12)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



II.2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS –

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-12	31-Dez-11
Trabalhos para a própria entidade	14	118,874.11	155,645.96
Fornecimentos e serviços externos	15	-144,366.36	-149,586.50
Gastos com o pessoal	16	-65,219.98	-72,826.49
Outros rendimentos e ganhos	17	47,408.00	50,084.70
Outros gastos e perdas	18	-556.57	-7,738.89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-43,860.80	-24,421.22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-4,244.85	-5,434.06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-48,105.65	-29,855.28
Juros e rendimentos similares obtidos	20	48,893.99	30,727.33
Juros e gastos similares suportados	20	-119.68	-241.86
Resultado antes de impostos		668.66	630.19
Imposto sobre o rendimento do período		-668.66	-630.19
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Resultado por acção básico		0.00	0.00

TOC (2212)

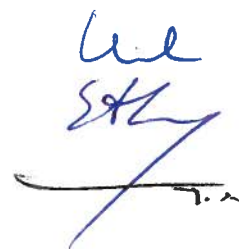
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-2012	31-Dez-2011
Outros rendimentos		165,725.54	197,991.77
Gastos de distribuição		0.00	0.00
Gastos administrativos		209,586.34	222,412.99
Gastos de investigação e desenvolvimento		0.00	0.00
Outros gastos		4,244.85	5,434.06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-48,105.65	-29,855.28
Gastos de financiamento (líquidos)		-48,774.31	-30,485.47
Resultados antes de impostos		668.66	630.19
Imposto sobre o rendimento do período		-668.66	-630.19
Resultado líquido do período		0.00	0.00
Resultado por acção			

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



II.3

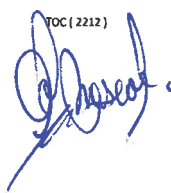
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO –

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2012

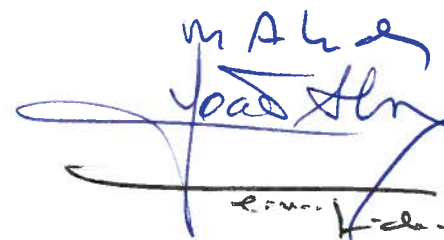
(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores de capital							
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2012	1	14,850,000.00	-	-	-	8,925,264.85	-	23,775,264.85	23,775,264.85
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	0.00
Alterações de políticas contabilísticas								-	0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	0.00
Realização do excedente de revalorização de activos								-	0.00
Excedente de revalorização de activos								-	0.00
Ajustamentos por impostos diferidos								-	0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-	0.00
capital próprio						1,371,692.19		1,371,692.19	1,371,692.19
	2	-	-	-	-	1,371,692.19	-	1,371,692.19	1,371,692.19
Resultado Líquido do Período	3						-	-	0.00
Resultado Integral	4 = 2 + 3						-	1,371,692.19	1,371,692.19
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital		355,953.00	-	-	-	-	-	355,953.00	355,953.00
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	0.00
	5	355,953.00	-	-	-	-	-	355,953.00	355,953.00
Posição no Fim do Período 2012	6 = 1 + 2 + 3 + 5	15,205,953.00	-	-	-	10,296,957.04	-	25,502,910.04	25,502,910.04

TOC (2212)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Henrique

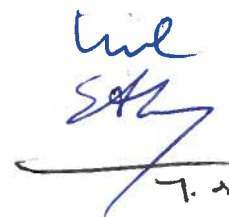
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2011

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	Interesses minoritários
Posição no Início do Período 2011	1	14,850,000.00	-	-	-	5,531,236.21	-	20,381,236.21	20,381,236.21
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	0.00
Alterações de políticas contabilísticas								-	0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	0.00
Realização do excedente de revalorização de activos								-	0.00
Excedente de revalorização de activos								-	0.00
Ajustamentos por impostos diferidos								-	0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-	0.00
capital próprio						3,394,028.64	-	3,394,028.64	3,394,028.64
	2	-	-	-	-	3,394,028.64	-	3,394,028.64	3,394,028.64
Resultado Líquido do Período	3								0.00
Resultado Integral	4 = 2 + 3							3,394,028.64	3,394,028.64
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	0.00
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	0.00
	5	-	-	-	-	-	-	-	0.00
Posição no Fim do Período 2011	6 = 1 + 2 + 3 + 5	14,850,000.00	-	-	-	8,925,264.85	-	23,775,264.85	23,775,264.85

TOT: (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Luis" and "S. A.", with a horizontal line and the number "7.1" below it.

II.4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA –

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		31-Dez-2012	31-Dez-2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes/protocolos		57,019.20	2,055,055.55
Pagamentos a fornecedores		-180,704.16	-543,204.04
Pagamentos ao pessoal		-60,231.16	-127,069.68
Caixa gerada pelas operações		-183,916.12	1,384,781.83
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-4,786.08	38,209.03
Outros recebimentos/pagamentos		2,032,560.10	1,832,297.39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1,843,857.90	3,255,288.25
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-1,656,208.84	-5,904,560.09
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		48,893.99	30,727.33
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1,607,314.85	-5,873,832.76
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		355,953.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-119.68	-241.86
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		355,833.32	-241.86
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		592,376.37	-2,618,786.37
Caixa e seus equivalentes no início do período		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4,082,504.79	6,701,291.16
		4,674,881.16	4,082,504.79

TOC (2212)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



II.5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS –

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA

Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A. foi constituída em 3 de Junho de 2008, tem a sua sede no Parque Natural da Ria Formosa, Chalé João Lúcio, em Olhão.

A sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção. Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2012 as demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal como referido na nota 2 h) seguinte.

Estava prevista a dissolução da sociedade em 31 de Dezembro de 2012, fato que não ocorreu uma vez que no seguimento da reunião da Assembleia Geral realizada em 28/12/2012 foi aprovado por unanimidade a alteração do prazo de duração da sociedade constante no nº.1 do Artigo 3º dos Estatutos da Sociedade, passando a data prevista para dissolução a ser 31/12/2014.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 3.9).

Handwritten signature and initials
7. A.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

A Sociedade tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da atividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os subsídios para investimento serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respetivos pedidos de cofinanciamento. Assim, face a adoção da política contabilística, foi adotada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os resultados entre os Gastos e os Rendimentos de funcionamento por naturezas para Ativos Fixos no final, e rateados por projeto de acordo com o critério definido que denominamos de lucro nulo.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa, SA são apresentadas em Euros.
O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Face à especificidade da atividade da empresa, foram registadas em Investimentos em curso as obras e projetos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias.
De igual forma as participações recebidas a título de subsídios para essas obras e projetos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Tendo em consideração a atividade específica da empresa, nomeadamente quanto aos critérios adotados para o registo de ativos fixos tangíveis e correspondentes subsídios para investimentos explicados na anterior nota 3.2, e a adoção do critério do lucro nulo conforme explicado na nota 2 h) não se considera aplicável nestas componentes o registo de impostos diferidos.

Apesar de apresentar Resultado Líquido do Exercício nulo, foram calculadas as tributações autónomas, que correspondem ao imposto contabilizado, cujo montante foi 668,66 €.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.7. Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de Investimentos em Curso, são registados como Subsídios, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respetiva candidatura se encontre aprovada.

3.11. Resultado das Operações do Exercício

Conforme referido na Nota 2 h), as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Investimentos em Curso, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os réditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respetivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Investimentos em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do ativo, vão ser rateados pelos vários projetos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 2 h).

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2012 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31 de Dezembro de 2012
	Saldo em 1 de Janeiro de 2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	
Custo:						
Equipamento administrativo	29,459.71	-				29,459.71
Investimentos em Curso	18,378,091.27	1,714,864.90				20,092,956.17
	18,407,550.98	1,714,864.90	-	-	-	20,122,415.88
Depreciações acumuladas						
Equipamento administrativo	13,622.56	4,244.85				17,867.41
	13,622.56	4,244.85	-	-	-	17,867.41

5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente (gerais)		20,341.01		29,660.42
	-	20,341.01	-	29,660.42
Perdas por imparidade acumuladas				
	-	20,341.01	-	29,660.42

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes".

6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos para reforço de pré-ativo efetuados aos CTT – Correios de Portugal, S. A. por conta de despesas de comunicação a efetuar.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	14,924.05	10,898.49
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	142,988.87	131,251.90
	157,912.92	142,150.39
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	668.66	630.19
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	813.00	4,640.07
Segurança Social	1,133.89	1,531.52
	2,615.55	6,801.78

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

8. Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica os saldos destas rubricas tinha a seguinte composição:

	31-Dez-12		31-Dez-11	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a receber (Ativo)				
Co - Financiamentos		862,962.96		1,544,457.37
Outros devedores		500.00		-
	-	863,462.96	-	1,544,457.37
Perdas por imparidade acumuladas				
	-	863,462.96	-	1,544,457.37
Outras contas a pagar (Passivo)				
Pessoal		396.00		2,124.00
Fornecedores de investimentos		106,339.92		227,175.76
Co - Financiamentos (Adiantamentos)		22,814.39		-
Outras contas a pagar		444.92		843.26
Outros credores	147,953.43	20,000.00	149,452.95	13,740.57
	147,953.43	149,995.23	149,452.95	243,883.59
Perdas por imparidade acumuladas				
	147,953.43	149,995.23	149,452.95	243,883.59

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, não ocorreram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores/credores".

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Gastos a reconhecer		
Seguros antecipados	22.88	434.85
Outros gastos a reconhecer	1,726.62	1,619.28
	1,749.50	2,054.13

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Caixa	61.13	19.11
Depósitos à ordem	674,820.03	1,082,485.68
Depósitos à prazo (*)	4,000,000.00	3,000,000.00
	4,674,881.16	4,082,504.79

(*) Detalhe da conta Depósitos a Prazo em 31 de Dezembro de 2012:

	Valor	Subscrição e Vencimento	Taxa de Juro
IGCP - CEDIC	2,000,000.00 €	Subscrição em 18.09.2012 e vencimento em 28.03.2013	0.727%
IGCP - CEDIC	1,000,000.00 €	Subscrição em 17.10.2012 e vencimento em 18.02.2013	0.503%
IGCP - CEDIC	1,000,000.00 €	Subscrição em 21.12.2012 e vencimento em 21.06.2013	0.544%

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital da empresa encontra-se totalmente subscrito, embora não totalmente realizado.

É composto por 22.500 ações com o valor nominal de 1.000 Euros cada.

Nesta data encontra-se realizado 15.205.953,00 €.

No exercício ocorreu a realização de capital no valor de 355.953,00 € pelo Município de Faro.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital:

	% Capital	Valor
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público	63%	14,175,000.00

12. Outras variações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	- 263.96	- 263.96
Subsídios ao Investimento	10,297,221.00	8,925,528.81
	10,296,957.04	8,925,264.85

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fornecedores conta corrente (gerais)	19,590.11	19,937.22
	19,590.11	19,937.22

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2012 apresentava-se como segue:

Entre 0 – 30 dias:	13.494,44 Euros
Entre 31 – 60 dias:	6.095,67 Euros

14. Trabalhos para a própria entidade

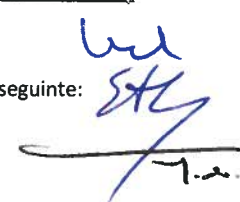
Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos incorridos no exercício que foram capitalizados para imputação posterior aos diferentes projetos, de acordo com os pressupostos que vierem a ser aplicados.

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:



	31-Dez-12	31-Dez-11
Serviços especializados, dos quais:	123,049.65	122,475.67
Materiais	3,182.32	4,477.42
Energia e fluídos	2,255.42	3,153.31
Deslocações, estadas e transportes	6.02	66.75
Serviços diversos, dos quais:	15,872.95	19,413.35
- Comunicação	8,997.37	11,965.93
- Rendas e Alugueres	3,687.01	4,126.68
- Outros	3,188.57	3,320.74
	144,366.36	149,586.50

16. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Remunerações dos órgãos sociais	36,040.08	38,817.00
Remunerações do pessoal	23,133.74	26,475.42
Encargos sobre remunerações	5,236.62	6,057.73
Seguros	324.05	883.32
Outros gastos com pessoal	485.49	593.02
	65,219.98	72,826.49

O número médio de empregados da empresa no exercício de 2011 foi de 6 e no exercício de 2012, de 2.

Conforme deliberação da Administração, os custos com o pessoal diretamente afetos ao desenvolvimento dos projetos, são imputados aos respetivos projetos.

17. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foram como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Rendimentos suplementares	47,358.00	50,084.70
Outros rendimentos e ganhos	50.00	-
	47,408.00	50,084.70

A rubrica rendimentos suplementares diz respeito maioritariamente à venda de cadernos de encargos e ao débito de encargos com vigilância e segurança, no âmbito do "Protocolo para o estabelecimento das bases de cooperação financeira para a prestação de serviços de segurança e vigilância humana" celebrado com as entidades Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. e Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

18. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foram como segue:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Impostos	385.44	4,936.51
Outros gastos e perdas	171.13	2,802.38
	556.57	7,738.89

19. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-12			31-Dez-11		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	4,244.85	-	4,244.85	5,434.06	-	5,434.06
	4,244.85	-	4,244.85	5,434.06	-	5,434.06

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2012 e de 2011, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	48,893.99	30,727.33
	48,893.99	30,727.33
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		7.50
Outros gastos e perdas de financiamento	119.68	234.36
	119.68	241.86
Resultados financeiros	48,774.31	30,485.47

21. Eventos subsequentes

Em 31 de Dezembro de 2012 existem processos judiciais contra a empresa (apresentados abaixo).

É convicção da Administração que os processos judiciais não têm qualquer fundamento, não se esperando a existência de encargos relevantes relativos aos mesmos.

A Ação Administrativa especial Nº. 3/12.2.BELLE que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, foi interposta pelo consórcio M. Couto Alves, S. A. e Delta 9, que respeita ao contrato de "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira".

O pedido consiste na impugnação da deliberação da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa que impôs multas contratuais por inobservância dos prazos de execução da obra e na reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

O valor proposto da ação é 5.465.908,62 €.

Foi realizada audiência preliminar, aguardando-se a marcação da audiência de julgamento.

A Ação judicial – Proc Nº. 1487/12.4 TBFAR decorre no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Faro. Trata-se de uma Ação de Processo Ordinário interposta à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa e Outros (IPTM, I.P., Lusitânia – Companhia de Seguros S. A. e M. Couto Alves, S. A.) pela Sra. Maria Manuela Gomes dos Santos Baptista.

A ação visa, essencialmente, o pagamento de uma indemnização à autora pelos danos não patrimoniais e patrimoniais por ela sofridos, bem como os custos que venha a suportar por intervenção cirúrgica e tratamentos futuros emergentes do acidente de que

SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA - SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIA FORMOSA, S. A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

foi vítima por queda na ponte-cais da Ilha do Farol onde decorriam os trabalhos no âmbito da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação da Ponte Cais de Acesso às Ilhas Barreira".
O valor proposto da ação é 244.432,29 €.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

22. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

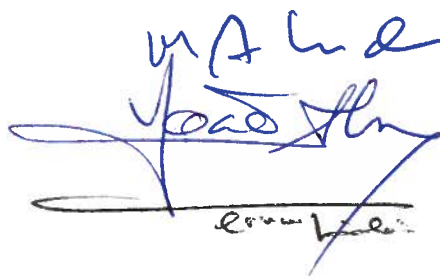
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2012 a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º. de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2012.

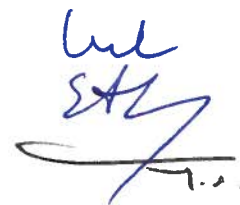
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º.2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas,



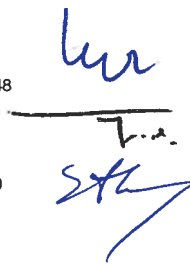
O Conselho de Administração,





III.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações financeiras da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de Balanço de 25.823.064 euros e um total de Capital próprio de 25.502.910 euros, incluindo um Resultado líquido nulo (zero euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no Capital próprio, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas 2 e 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adoptado face ao objecto da entidade e à especificidade das suas operações.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

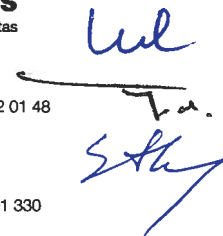
- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as Demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 2 e 3 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de gestão é concordante com as Demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 euros encontrando-se realizado em 15.205.953 euros. A despesa total realizada, abrange cerca de 26% do total previsto para toda a intervenção, estando prevista a dissolução da Sociedade em 31 de Dezembro de 2014.

9.2. Considerando a natureza não lucrativa da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, a sua actividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico a este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.

9.3. Conforme melhor descrito na nota 21 do Anexo foram interpostos contra a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, dois processos judiciais nos quais se requer o pagamento de indemnizações no montante de 5.710.000 euros, os quais segundo a Administração não têm qualquer fundamento.

Faro, 16 de Abril de 2013


Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



IV.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2012, a actividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do trabalho efetuado, tanto quanto é do nosso conhecimento, não foram detetadas situações de incumprimento das orientações legais em vigor para o sector empresarial do Estado, em especial as relativas a reduções remuneratórias previstas na Lei n.º55-A/2010 e na Lei n.º64-A/2011.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

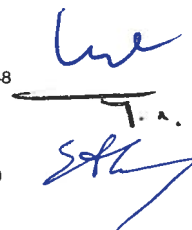
Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 16 de Abril de 2013

O FISCAL ÚNICO



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da
**Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e
Valorização da Ria Formosa, SA**

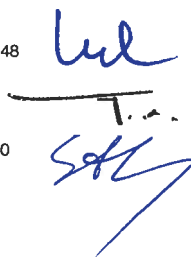
INTRODUÇÃO

1. No contexto das nossas funções de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, designada no presente relatório pela forma abreviada de Polis Litoral Ria Formosa ou simplesmente por Empresa, procedemos nesta fase, à revisão geral da informação contabilística e financeira do período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. No âmbito da estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal de Contas do exercício de 2012, procedemos ao trabalho intercalar e à preparação dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações (circularização).
3. O trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, enquadrando-se na estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal das Contas do exercício de 2012.

ÂMBITO DOS TRABALHOS

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - 4.1. Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 4.2. Apreciação da consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.





CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. No âmbito do trabalho desenvolvido, identificámos a seguinte situação para a qual chamamos a Vossa atenção:

- 5.1. Foi prevista a realização do capital da sociedade no montante total de 22.500.000 euros em várias tranches, verificando-se um atraso significativo na realização de parte dessas entradas, pelo que estão ainda por realizar 7.294.047 euros.
- 5.2. Considerando a actividade específica da Sociedade, e de não existir no normativo contabilístico um referencial específico para este tipo de sociedades, foi considerada adequada a capitalização nos investimentos realizados, dos gastos com pessoal directamente afectos á execução e desenvolvimento dos projectos, conforme descrito na nota 16 do Anexo.

NOTA FINAL

Ao finalizarmos esta fase do nosso trabalho não queremos deixar de agradecer a cooperação e os esclarecimentos prontamente prestados pelos colaboradores das Entidades com quem contactámos no decorrer do nosso trabalho.

Encontramo-nos ao vosso dispor para o eventual esclarecimento de qualquer dos assuntos mencionados no presente relatório.

Com os nossos melhores cumprimentos

De V. Exas.
Atentamente,

Faro, 16 de Abril de 2013



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



Relatório Anual de Avaliação do Desempenho Individual dos Gestores Executivos

Exercício de 2012

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, abreviadamente designada por Polis Litoral Ria Formosa, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, com capitais exclusivamente públicos. A sociedade constitui-se a com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Na sequência da constituição da Sociedade, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em articulação com os Municípios territorialmente abrangidos e com o apoio técnico da empresa Parque EXPO 98, SA.

A Sociedade iniciou, para efeitos fiscais a sua actividade em 14 de Agosto de 2008, tendo ocorrido em 7 de Julho de 2008, a 1ª Assembleia Geral. Nesta sessão, foram eleitos pelos Accionistas, os Órgãos Sociais — Presidente e Secretário da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único para o triénio 2008/2010.

Por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o accionista Estado, presente na acima referida Assembleia Geral, aprovou, nos termos estatutários, a nomeação do Conselho de Administração, por período de três anos, sendo o respectivo mandato renovável por iguais períodos. Na sequência das alterações introduzidas no decurso das reuniões da Assembleia Geral, de 3 de Dezembro de 2010, e de 28 de Dezembro de 2012, a composição do Conselho de Administração durante o exercício de 2012, foi a seguinte:

Presidente: Manuel Augusto Ruano Lacerda (após 28 de Dezembro de 2012)

Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto (até 28 de Dezembro de 2012)


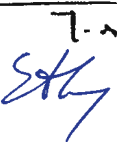
Vogal (1): João Manuel da Silva Alves

Vogal (2): Sebastião Francisco Seruca Emídio (após 28 de Dezembro de 2012)

Vogal (2): Jorge Manuel do Nascimento Botelho (até 28 de Dezembro de 2012)

No âmbito das nossas funções acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a gestão e actividade da empresa, através de reuniões, da consulta de actas, da análise de diversa documentação e de um conjunto de acções com vista à verificação da sua situação financeira e patrimonial. Procedemos igualmente à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Fiscal Único e Revisor



Oficial de Contas elaborámos o Relatório e Parecer, bem como a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.

Quanto à atividade desenvolvida, a expressão da mesma foi conseguida dentro do quadro económico em que o ano de 2012 esteve sujeito, tendo emitido, em 16 de janeiro de 2012 parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2012.

Quanto aos Documentos de Prestação de Contas de 2012 apresentados pelo Conselho de Administração, encontram-se os mesmos elaborados de acordo com os registos contabilísticos e respetivas disposições legais aplicáveis, e permitem efetuar com adequada razoabilidade a apreciação da situação económico-financeira da empresa.

O Relatório de Gestão apresentado afigura-se conforme as contas do exercício e refere, em termos gerais os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida, destacando a evolução verificada na generalidade das áreas de atuação.

O Relatório de Gestão refere-se também à atuação do Conselho de Administração quanto aos “Princípios de Bom Governo”, à “Gestão do Risco Financeiro e à Redução do Prazo de Pagamento”, à “Prevenção da Corrupção”, bem como ao cumprimento das “Orientações Específicas e Objetivos de Gestão”.

Constata-se que, em termos gerais, o Órgão de Gestão deu cumprimento às recomendações relativas aos “Princípios de Bom Governo” (RCM n.º 49/2007, de 28/03), relatando as práticas do governo societário. Ao nível da prossecução dos objetivos estratégicos, gerais e específicos, foi feita referência aos aspetos legalmente solicitados e pertinentes em termos de gestão. Foi dada a devida importância à atividade estratégica para a Gestão do Risco, salvaguardando-se os princípios da transparência, do interesse público e da adequada administração.

A RCM n. 34/2008, de 22 de Fevereiro, definiu metas relativas ao prazo médio de pagamentos, tendo a empresa desenvolvido esforços no sentido de dar cumprimento aquelas orientações.

Em termos funcionais, tendo em conta os cargos, competências e habilitações específicas de cada membro do Conselho de Administração, afigura-se ser positiva a atuação individual e coletiva dos membros daquele Órgão.

Em termos de gestão, constata-se que tem sido desenvolvida de forma global e homogénea, tendo em vista o contexto global da atividade da empresa, a sua missão, visão, valores e objetivos.

Neste quadro de atuação, tendo por referência as análises e verificações efetuadas, as reuniões com os membros do Conselho de Administração, a leitura das atas das respetivas reuniões, constata-se a atuação coletiva e homogénea do mesmo, no âmbito das suas competências legais e estatutárias, pelo que a avaliação individual de cada membro é subsumível na avaliação global de atuação do Órgão de Gestão.



**DFK & Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

Nestes termos, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, afigura-se legítimo concluir que o Conselho de Administração (e cada um dos seus membros) procurou desempenhar as suas funções legais e estatutárias orientadas pelos interesses da empresa, com objetivos definidos com a Tutela através do ano plurianual, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das ações que constituem a intervenção, tendo o Conselho de Administração efetuado um esforço de reporte de toda a informação pertinente de forma tempestiva.

Faro, 16 de Abril de 2013

O FISCAL ÚNICO

**Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024), em
representação de DFK & Associados, SROC, Lda.**

